MPPA realiza segunda edição do projeto “Mulheres Empoderadas”

“Eu vejo que essa Promotoria de Justiça vem a cada dia crescendo. Embora seja a PJ mais nova e recente do MP, ela vem se fortalecendo pelo seu engajamento, pois busca se envolver e ir atrás dessas pessoas, conclusão disto, é que acabou ganhando credibilidade e respeito com as demais Promotorias do Brasil que fazem o mesmo trabalho, e eu tenho certeza que esse avanço foi também com o empenho, a dedicação e o carinho da nossa amiga Lucinery Resende.”

Foi assim que o procurador-geral de Justiça, em exercício, Jorge de Mendonça Rocha, destacou a atuação da Promotoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que, por meio do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em conjunto com o Centro de Apoio Operacional (CAO Criminal), realizou hoje (1) a 2ª Edição do Projeto "Mulheres Empoderadas".

Jorge de Mendonça concluiu dizendo: “agradeço a ela, a sua equipe, aos colegas promotores, e fico na torcida para que o trabalho se aprofunde mais, e que tenha cada vez mais sucesso”, prestando sua homenagem a promotora de Justiça Lucinery Helena Resende Ferreira, que esteve à frente do Projeto desde sua 1ª edição, no ano passado.

O subprocurador-geral de Justiça para a área técnico-administrativa, Migue Ribeiro Baía, fez uma saudação a todas as mulheres e destacou o espírito de liderança que possuem. "Saúdo

todas as mulheres que são guerreiras, no próprio comando da casa, da residência, são mulheres que criam seus filhos que cuidam dos seus netos, que cuidam de todas as pessoas, que essas pessoas dependem muitas vezes de mulheres".
Ao falar sobre a Lei Maria da Penha, Migue Baía disse que como professor já orientou uma aluna sobre esse assunto, em relação ao tratamento ao agressor, a lei fala não só de cadeia ao agressor, mas de um tratamento para que essa pessoa possa voltar ao convívio da sociedade.

O corregedor-geral do Ministério Público, Adélio Mendes, disse que "a mulher é uma heroína por ser mulher, desde seu complexo organismo capaz de gerar vida, até o seu dia a dia onde consegue o dom de conciliar as posições de mulher empoderada, de mãe, de esposa, de companheira, de amante, de profissional, de líder, enfim, é admirável e digno de respeito, a capacidade das mesmas em desempenhar todos esses papéis e de ainda se obrigada a lutar pela defesa de seus direitos, quando nem sempre são reconhecidos".
Adélio Mendes fez, ainda, uma citação de um poema de Vitor Hugo, em que diz: "O homem pensa, a mulher sonha. Pensar é ter cérebro, sonhar é ter na fronte uma auréola. O homem é um oceano, a mulher é um lago. O oceano tem a pérola que embeleza, o lago tem a poesia que deslumbra. O homem é a águia que voa, a mulher, o rouxinol que canta. Voar é dominar o espaço, cantar é conquistar a alma. O homem tem um farol: a consciência. A mulher tem uma estrela: a esperança. O farol guia, a esperança salva. Enfim, o homem está colocado onde termina a terra. A mulher, onde começa o céu!".
"Mulheres Empoderadas"
Lucinery Resende explicou como o projeto surgiu.

"Esse projeto foi inspirado naquele acontecimento que todos nós sabemos que foi a luta daquelas trabalhadoras que morreram por um incêndio quando reivindicaram melhores condições de trabalho, isso em 1857 salvo engano. Essas mulheres foram queimadas dentro de uma fábrica quando elas apenas reivindicavam melhores condições de trabalho. Então tivemos essa ideia no núcleo de fazer algo que relembrasse o porquê desse 8 de março, que é o dia internacional da mulher como um marco dessa luta", disse a representante do MP.
Durante o evento, cinco mulheres foram homenageadas, dentre as quais estão a procuradora de Justiça do MP, Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento; a coordenadora da Região Norte da Confederação de Mulheres do Brasil e presidente do Conselho da Mulher de Ananindeua,

Cléa Dias gomes; a advogada e executiva de projetos do Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem, Maria Vilma de Sousa Araújo; a juíza Rubilene da Silva Rosário; e a coordenadora de Integração de Políticas para Mulheres do Governo do Estado do Pará, Maria Tavares da Trindade.

“As cinco mulheres hoje homenageadas, são mulheres que nos fazem chorar de emoção, porque são mulheres que nasceram em seio familiar diferentes, enfrentaram realidades diferentes e hoje sentam na mesma mesa, umas com mais facilidade, menos suor, mas algumas com muita dor”, explicou Lucinery Resende.

E continuou dizendo: “isso demonstra que quando a mulher quer ser forte, quer se empoderar, ela supera suas dificuldades sociais, pessoas e mostra o seu papel, ergue a cabeça com todos os problemas e circunstâncias da sua vida pessoal e profissional, familiar e diz ‘Eu sou uma mulher e eu vou conseguir viver bem’”, frisou Lucinery.

O Projeto visa conferir destaque às mulheres que, de alguma forma, demonstraram distinta relevância em suas respectivas áreas de atuação, homenageando-as pela coragem, determinação e dignidade com que construíram suas vidas, tornando-se cada uma delas referência de poder feminino.

A procuradora Cândida Nascimento, que foi uma das homenageadas, falou sobre a importância da conscientização das mulheres sobre seu papel na sociedade.

“É uma maneira da Promotoria da Violência Doméstica, através do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, conscientizar mulheres de todas as classes, de todas as categorias a tomar o seu lugar na sociedade, a realmente se empoderar, conhecer o seu potencial. Toda uma gama de possibilidades que existem para elas realmente assumirem um lugar de destaque, de enfrentamento aos desafios, aos preconceitos”, disse Cândida Nascimento.

A juíza Rubilene Rosário, que também foi homenageada, disse que foi "uma honra participar desse evento, conhecendo o empenho, a dedicação do Ministério Público no combate à violência familiar contra a mulher”.

As homenageadas receberam um certificado de "Mulher Empoderada" e um buquê de flores.
Após o cumprimento do roteiro da cerimônia, a promotora de Justiça Lucinery Ferreira, organizadora do evento, foi homenageada pelos membros e servidores do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e da Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com um buquê de flores.

Ao final ocorreu um show musical com a cantora Marta Mariana.

MPPA PARTICIPA DE SEMINARIO NO AUDITÓRIO DA IFPA

A Promotora de justiça e Coordenadora do NEVM Lucinery Helena Resende Ferreira do Nascimento participou no dia 8 de março, no Auditório da IFPA, do seminário "*Reflexão Sobre as Politicas Públicas no Contexto dos Direitos Humanos das Mulheres"*, com o objetivo de promover o debate sobre questões que envolvem as legislações, os cenários e as parcerias sobre direitos humanos relacionados a mulher, com entidades governamentais e não governamentais.

O referido evento teve em sua programação ações sobre cuidados pessoais, apoio psicológico, orientações jurídicas familiares, saúde da mulher entre outros.

MPPA PARTICIPA DE I PLANO MUNICIPAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES DE ANANINDEUA

A Promotora de Justiça e Coordenadora do NEVM Lucinery Helena Resende Ferreira do Nascimento participou no dia 8 de março em Ananindeua do evento de lançamento do I PLANO MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DE ANANINDEUA, organizado pelo CMDM que tem como sua principal característica a deliberação coletiva e a promoção de políticas públicas que visem eliminar a discriminação da mulher assegurando condições de liberdade e igualdade de direitos.

MPPA PARTICIPA DE REUNIÃO DE TRABALHO DO DISQUE DENUNCIA-LIGUE 180 EM BRASILIA

A Promotora de Justiça e Coordenadora do NEVM Lucinery Helena Resende Ferreira do Nascimento participou de uma reunião de trabalho do DISQUE DENUNCIA-LIGUE 180 realizada em Brasília no dia 11 de março.

A reunião teve como objetivoavaliar e discutir procedimentos de melhoria relativos ao fluxo de encaminhamento de den´ncia aos ministérios Públicos Estaduais, bem como propostas de fortalecimento da relação com os pontos focais da Segurança Pública dos respectivos estados para recebimento das denúncias advindas do ligue 180.

MPPA PARTICIPA DO IV ENCONTRO ESTADUAL DO MINISTERIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL.

A Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher Lucinery Helena Resende Ferreira do Nascimento, participou no dia 18 de março do IV Encontro Estadual do Ministério Público do Mato Grosso do Sul na Lei Maria da Penha. A Promotora de Justiça ministrou curso de capacitação com o tema “Técnicas de Júri de Feminicidios”, exclusivamente aos Promotores de Justiça.

Ministério Público participa de evento na OAB-PA alusivo ao dia Internacional da Mulher

A promotora de justiça do Ministério Publico do Pará (MPPA) Lucinery Helena Resende Ferreira do Nascimento, do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher representou a instituição na mesa redonda "10 anos da Lei Maria da Penha: avanços e perspectivas", evento realizado na tarde de ontem, no auditório Otávio Mendonça, sede da OAB-PA. O evento fez parte das comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher. Na ocasião uma comissão propôs um plano de valorização da mulher advogada.

A proposta foi entregue ao presidente da OAB-PA, Alberto Campos, no início da mesa redonda "10 anos da Lei Maria da Penha: avanços e perspectivas", evento realizado na tarde de ontem (7), no auditório Otávio Mendonça, sede da instituição, e que faz parte das comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher. Elaborado pela Comissão da Mulher Advogada, o documento será submetido à apreciação do Conselho Seccional.

A aprovação e regulamentação do plano é uma das exigências do Provimento 164/2015, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que criou o "Plano Nacional de Valorização da Mulher Advogada" e estipula inúmeras diretrizes a serem seguidas. Em vigor desde janeiro deste ano, o Provimento exige que as seccionais da OAB adequem suas estruturas administrativas até janeiro de 2017.

o destacar o crescimento da importância das mulheres advogadas dentro do Sistema OAB no Pará nos últimos seis anos, o presidente Alberto Campos ressaltou que atualmente "a maioria das comissões temáticas da instituição é presidida por mulheres" (mais de 50% dessas instâncias são integradas por mulheres) e que 33% do Conselho Seccional é composto por advogadas.

Debate

Uma das debatedoras do evento, a conselheira seccional e presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PA, Luanna Tomaz, avalia que uma dos aspectos positivos da nova lei foi conferir mais

visibilidade ao tema. “A partir da Lei Maria da Penha, o número de denúncias aumentou. As mulheres passaram a identificar o problema da violência e querer denunciar”, acrescentando que “a rede de serviços aumentou significativamente, além das medidas protetivas, que são um avanço na proteção das mulheres”.

Contudo, Luanna acredita que é necessário conquistar muito mais avanços, como estabelecer maior diálogo na rede de serviços, bem como a interiorização dessa política. Outro problema apontado pela conselheira da OAB é a falta de percepção da diversidade dessa violência. “Tem crescido a violência contra as mulheres negras. Esse é um problema que a lei precisa superar”, pontuou.

De acordo com a advogada, outro avanço imprescindível é a sociedade compreender que a Lei Maria Penha não pode ser o único mecanismo de enfrentamento da violência. “Precisamos de mais ações voltadas à compreensão do gênero e outras formas de violência, não somente à violência doméstico-familiar”, concluiu.

Para a promotora Lucinery Helena Resende Ferreira do Nascimento, do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do Ministério Público do Estado, a criação de Promotorias, Varas e Defensorias especializadas e programas executivos (Pró-Paz) também podem ser considerados avanços no combate dessa problemática, assim como a comunicação entre a rede de atendimento. “Hoje, todos sentamos na mesma para discutir o calendário conjuntamente”.

Os trabalhos da mesa foram conduzidos pela vice-presidente da Comissão da Mulher Advogada, a advogada Maíra Barros de Souza. A delegada Janice, da diretoria da Delegacia da Mulher, da Polícia Civil do Pará também participou do debate. A desembargadora Elvina Gemaque Taveira, coordenadora da Coordenaria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do tribunal de Justiça do estado, prestigiou o evento.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil proclamou 2016 como o “Ano da Mulher Advogada” para discutir continuamente medidas de valorização da advocacia feminina, bem como de defesa de suas prerrogativas e garantia de seu livre e digno exercício profissional.